

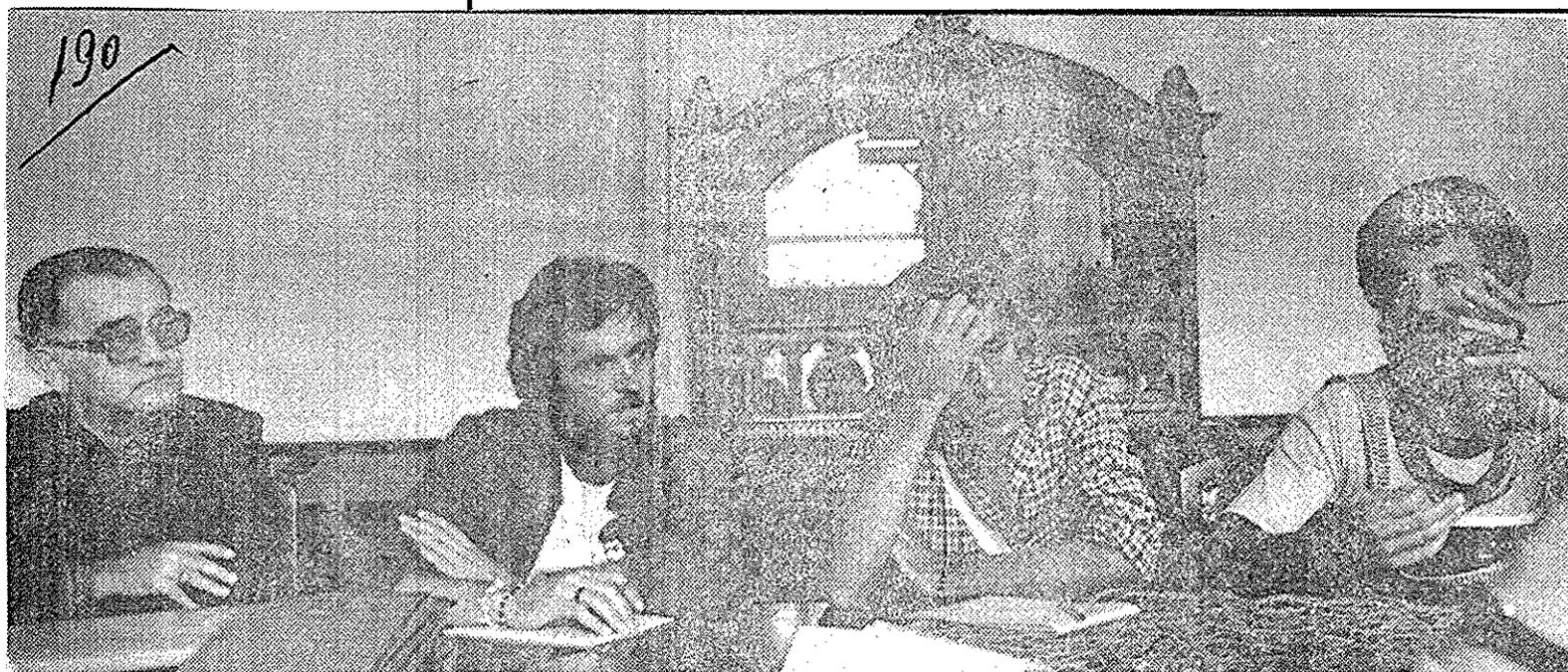
Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Diário do Povo (São Paulo)

Class.: 547

Data 27 de Julho de 1983

Pg.: _____



Na assembleia, os onze anos de existência do Conselho Indigenista Missionário estão sendo avaliados

'Índio tem que andar com seus pés'

"O principal problema do índio brasileiro, hoje, é a falta de terra". Essa afirmação, feita pelo arcebispo de Porto Velho (Rondônia), dom José Martins - responsável pela Linha 2 (Missionária) da CNBB - mostrou ontem, em Itaici, parte do caminho que o Conselho Indigenista Missionário/CIMI deve traçar a partir dessa sua V Assembleia Geral. Ontem, os 105 participante - 11-bispos, nove índios, padres, freiras e agentes leigos - começaram a discutir os relatórios dos Regionais, para avaliar os onze anos de existência do CIMI. A discussão permanece hoje e, então, a partir da determinação das diretrizes básicas para os próximos quatro anos, se escolherá, amanhã, a nova diretoria da entidade.

Na entrevista coletiva de ontem, na Vila Kostka, em Itaici, o Regional avaliado foi o de Rondônia. Além de dom José Martins, o padre Mansueto Dal Maso, coordenador do CIMI-RO; e os missionários leigos da Opan (Operação Anchieta), João Dal Paz e Ivar Busatto, estiveram presentes.

Em todos, a crítica à ação dos órgãos federais ligados ao problema indígena, como o Incra e a Funai.

"O Incra não consegue fazer aquilo que deveria fazer. Ele está perdido. Em Rondônia, por exemplo, é um lugar onde

se poderia, efetivamente, fazer a reforma agrária. Mas, lá, cada funcionário do Incra também é fazendeiro. Já a Funai é o órgão que se propõe, tão somente, a fazer uma política de integração. E não é isso que interessa à Igreja", afirmou dom José Martins.

"Para a Igreja, atualmente, é importante dar a chance do índio andar com os próprios pés, dando a ele vez e voz", declarou o missionário João Dal Paz. "Nesse sentido, completa, a Igreja deu um passo atrás para que os índios dessem um passo à frente". Entretanto, problemas ainda persistem vivos para que esse "passo à frente" se efetive. A tutela, que foi motivo de discussão pela manhã, baseado num artigo do atual secretário do CIMI, Paulo Suess, é um desses entraves.

Segundo Paulo Suess, contra a tutela e o paternalismo impostos hoje ao índio, só a autodeterminação resolverá. "A tutela que se deve legitimamente cobrar do Estado Brasileiro é a proteção dos direitos dos povos indígenas e não o congelamento da sua minoridade". Atualmente, a Funai controla e demarca áreas independentes dos interesses dos índios e, por vezes, impede o próprio acesso de entidades em defesa dos povos indígenas ou de seus representantes, como o CMPI (Conselho Mundial dos Povos Indígenas), a essas áreas.

Como no passado, abusos continuam

O primeiro contato com qualquer pessoa que integra o CIMI é - a priori - entrar num mundo diferente. Muitos com adornos indígenas, eles são, porém, um elo de ligação entre a "comunidade branca" e a "silvícola", que mostra a base de absurdos que ainda persiste nessa "interrelação". Talvez se tenha como tema central o que foi escrito na introdução do documento do CIMI Maranhão-Goiás que fala sobre o Projeto Carajás: **integracídio**, isto é, a integração dos povos indígenas para acabar com seu nome próprio, transformando-os em "brasileiros".

Ou, senão, poder-se ia colocar a causa indígena, hoje, em meio a todos os problemas nacionais tratados sob a égide de "menos importantes". Entretanto, quando tem-se contatos com "absurdos federais", que muitas vezes passam despercebidos à pessoa leiga, chega-se à conclusão que, de 1.500 a 1.983, pouco mudou - a não ser o latente espectro do etnicídio, que cresceu.

Para que se tenha acesso aos absurdos ainda cometidos no Brasil contra a raça indígena, basta que se abra uma das 16 páginas do **Porantim**, que é o jornal publicado pelo CIMI.

Nos seus últimos três números (Maio, Junho-Julho e Agosto) se terá um quadro geral do problema. Para isso, bastam algumas manchetes.

Nem precisa se chegar à proposta do ministro do Interior, Mário Andreazza, de criar o Protaba, ou seja, o Programa para Construção de Unidades Habitacionais nas Reservas Indígenas, via BNH. Pelo Protaba, sete mil casas seriam construídas "de acordo com os gostos e hábitos de cada grupo". Basta, talvez, se passar pelas lesões cerebrais provocadas nas crianças do povo **Maxakali**, por desnutrição; ou da morte de 30 outras crianças **Kayová** por sarampo, sem nenhuma ajuda das médicas da Funai.

Senão, uma manchete que fala da morte de um pai de família dos **Wasú** por um jagunço; ou as expulsões de 18 **Pataxó** que tiveram o mangue do qual tiravam o sustento fechado pelo IBDF e a Funai; ou a invasão das terras dos **Makuxí**; ou a morte por malária de cinco **Tukuna**; ou as lutas fratricidas dos **Kaingang**; a invasão das terras dos **Waimiri/Atroari** e dos **Mayoruna**. Mas, se apenas três números normais de um jornal mostram, em parte, o quadro caótico do dia-a-dia do índio brasileiro, pior é uma mostragem da realidade nacional onde a inconsciência coletiva sobre a sua realidade histórica e nacional sobrepõe a verdadeira "etnia indígena".

Hoje, vê-se pelos debates iniciados em Itaici, conhece-se - no que tange o brasileiro comum - mais fliperamas e TVs que Xingá ou Tupá. (R.F.)